



Propostas do Partido Socialista Para o Orçamento Municipal de 2024

No uso do Estatuto de Direito de Oposição, o Partido Socialista apresenta um conjunto de propostas e diferentes prioridades que divergem da proposta da maioria no executivo, com o objetivo de acrescentar ao debate político, afirmando desta forma opções alternativas que visam um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável do Concelho da Póvoa de Varzim. É importante salientar que esse mesmo Estatuto, que assegura o Direito à Oposição nas autarquias locais, prevê que o processo de escolha e elaboração das Grandes Opções do Plano, designadamente do Plano Plurianual de Investimentos, deve ser participado pela(s) oposição(ões), o que não acontece de todo na gestão da nossa Autarquia. O facto de não haver sequer um convite à auscultação da(s) oposição(ões) demonstra como não se pratica uma cultura de diálogo e de compromisso político.

Pese embora essa desvalorização, contra a qual nada podemos fazer, para esclarecimento público e a bem do debate de ideias e de propostas, este é o momento em que anunciamos quais seriam as nossas prioridades.

É importante realçar que a prática sistemática de incluir muitos itens do Plano de Investimentos sem lhes atribuir financiamento relevante ou adiando-o para as “calendas gregas” equivale a afirmar que não se pretende realizar esses investimentos. Por isso, aqui enunciamos também quais seriam as prioridades para as quais entendemos que se deveria afetar financiamento já em 2024.

1. PROMOVER UM NOVO PARADIGMA DE MOBILIDADE NO CONCELHO

1.1. TORNAR GRATUITA A NOVA REDE DE TRANSPORTES “UNIR” NO PERÍODO INICIAL

Para que seja bem-sucedida, precisamos que os poveiros venham progressivamente a escolher a nova “Rede Unir”, criada pela Área Metropolitana do Porto, como solução para a mobilidade no quotidiano. Neste momento e no atual contexto, tendo em vista motivar a atrair as pessoas para a “Rede Unir”, propomos o seu USO GRATUITO no espaço do concelho da Póvoa de Varzim no período inicial de funcionamento. Na prática, propomos que as primeiras

65.000 validações do “Andante” nos novos autocarros, em trajetos com início e fim no concelho da Póvoa de Varzim, sejam gratuitas, ou seja, pagas diretamente pelo Município ao operador da rede. Considerando que o título “Z2” tem um preço de 1,30 €, o custo máximo desta medida seria 84.500 €.

É importante salientar que o Estado já assegura a gratuidade aos passageiros menores de 13 anos, aos estudantes, e que já assume 50% da tarifa de viagem aos seniores.

1.2. CRIAR UM CENTRO INTERMODAL E PARQUE PERIFÉRICO

Não nos podemos ficar pelos transportes que farão parte da “Rede Unir”. São necessárias medidas complementares que demonstrem que o uso dos transportes públicos é benéfico para os munícipes e que capilarizem a oferta da nova rede de transportes.

O Plano de Urbanização da Póvoa de Varzim prevê, desde 2006, a construção de um novo Centro Intermodal a localizar entre a Av. 25 de Abril (Via B) e a antiga linha de caminho de ferro. De acordo com o PUPV, esse investimento é uma «intervenção estratégica e prioritária», que faz todo o sentido numa lógica de mobilidade sustentável. No local, que compreende cerca de 1,5 hectares, propomos a criação de um parque de estacionamento gratuito com capacidade para pelo menos 500 viaturas. Para a ligação dos utentes do parque ao centro da cidade, propomos a criação de um sistema BRT (fase 1), de uso gratuito, a funcionar na antiga linha de caminho de ferro até à Praça do Almada e, em complemento, uma linha circular, também de uso gratuito, até ao litoral.

1.3. SISTEMA BRT NO CANAL DA ANTIGA LINHA DE CAMINHO DE FERRO (FASE 2)

Em complemento do uso por meios de transporte leves (como a bicicleta), propomos estudar e implementar um novo serviço de transporte público coletivo sustentável, com veículos elétricos de pequena dimensão, aproveitando de forma estratégica o canal do antigo caminho de ferro, desde a Estação de Metro na Praça do Almada até Balasar, com a vantagem de ligação ao Metro do Porto. Servindo a área nascente do concelho e ligando realidades importantes (parques industriais de Amorim e de Laúndos, Cividade de Terroso, Igreja de Rates, Lugar das Fontaínhas em Balasar), esta medida contribuirá para a mobilidade de forma eficaz com vantagem e impacto positivo no quotidiano de mais de 15.000 Poveiros.

É importante salientar que a reconversão da linha Póvoa-Famalicão está prevista no Plano Nacional Ferroviário, que prevê para a primeira fase a criação de solução BRT.

1.4. OUTRAS MEDIDAS IMEDIATAS

- 1.4.1. Criar um serviço de transporte exclusivo aos alunos das escolas da cidade em horários de ponta (“*school bus*”), acrescentando conforto e segurança ao acesso às escolas, libertando os pais e descomprimindo os constrangimentos de trânsito existentes;

- 1.4.2. Disponibilizar uma rede de bicicletas partilhadas;
- 1.4.3. Criar uma aplicação para telemóvel para o pagamento do estacionamento à superfície, do tipo “Via Verde Estacionar” ou similar.

2. ACELERAR A DESCARBONIZAÇÃO, PROMOVER A ARBORIZAÇÃO

2.1. CRIAR UM LABORATÓRIO DA PAISAGEM

Em parceria com a Universidade, criar um Laboratório da Paisagem com o objetivo de promover o conhecimento e a inovação, a investigação e a divulgação científica, contribuindo para uma ação integrada e participada das políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável, visando um elevado nível de consciencialização ambiental, um eficiente metabolismo das cidades, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos, assim como a proteção dos recursos naturais. Esta proposta não substitui as valências do recém-criado Centro do Clima.

2.2. AUMENTAR A PRESENÇA DE ÁRVORES NA CIDADE

Medida imediata a promover pelo Laboratório da Paisagem: elaborar um Plano de Arborização devidamente quantificado e calendarizado com o objetivo de duplicar o número de árvores na área urbana da cidade.

2.3. RENATURALIZAR AS MARGENS DO RIO DO ESTEIRO

Não fazendo qualquer sentido esconder o curso do Rio do Esteiro em Aver-o-Mar, propomos que seja removido o estrado que madeira que o cobre e sejam requalificadas paisagisticamente as suas margens, tornando-as num espaço de estar e fruição, e assegurando a sua proteção e vigilância através de guarda-rios.

2.4. PROMOVER A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E PRODUÇÃO DE ENERGIA LIMPA

Não apenas por razões de natureza ambiental, nem apenas a pensar na descarbonização, essencial ao combate às alterações climáticas, mas também a pensar na escassez de meios e na necessidade de contribuir para a independência energética do nosso concelho e a redução dos custos energéticos, propomos:

- 2.4.1. Continuar a renovar os espaços com sistemas e equipamentos de baixo consumo energético, orçamentando a substituição completa dos equipamentos obsoletos no prazo de dois anos;
- 2.4.2. Criar um instrumento municipal de financiamento para a instalação de painéis fotovoltaicos nos edifícios públicos e privados do concelho. Através da gestão desta nova rede fotovoltaica municipal, a criar, primariamente com foco no autoconsumo mas tirando partido das virtualidades das “Comunidades Energéticas Renováveis”,

ao abrigo da legislação existente, permitirá ao Município tornar-se um distribuidor em baixa tensão de energia elétrica aos consumidores;

- 2.4.3. Estudar a conceção e localização de uma central fotovoltaica para produção de energia limpa com pelo menos 2 MW de potência, em eventual parceria, e candidatá-la a financiamento público;
- 2.4.4. Elaborar um plano calendarizado de renovação da frota municipal de modo que todos os veículos sejam movidos a energia elétrica até ao fim deste mandato.

3. APOIAR AS FAMÍLIAS POVEIRAS E OS PEQUENOS NEGÓCIOS

3.1. AVANÇAR IMEDIATAMENTE COM OS 150 FOGOS DE HABITAÇÃO PÚBLICA PREVISTOS

O projeto de habitação a custos controlados foi anunciado em abril de 2018. A Estratégia Local de Habitação já foi aprovada em junho de 2022 e desde então o Governo disponibilizou a verba para a construção dos prometidos 150 apartamentos na Rua Belarmino Pereira (Penalves). Muitos municípios têm as empreitadas de construção de habitação em andamento, mas a Póvoa ainda está em fase de projeto. A crise de habitação e a janela temporal do PRR impele que se avance imediatamente com este investimento na habitação pública para arrendamento aos jovens e classes médias.

3.2. APOIAR JOVENS QUE QUEREM ARRENDAR CASA

Até estarem concluídos os 150 fogos a custos controlados para renda acessível previstos para a Rua Belarmino Pereira, propomos que a Câmara Municipal apoie em 150 euros por mês um universo de 150 jovens, entre os 18 e os 35 anos, para arrendarem na cidade, com um limite máximo de renda de 500 euros por mês em cada fogo apoiado. A ideia é manter na Póvoa de Varzim os jovens poveiros, contribuindo para a sua emancipação. Esta medida teria um custo máximo de 270.000 € por ano.

3.3. PROGRAMAR O PRÓXIMO AUMENTO AO PARQUE HABITACIONAL MUNICIPAL

Com a consciência das carências existentes e que se vêm agravando, a que acrescem as que resultam da crescente presença de imigrantes no nosso concelho, fatores que contribuem para um incremento das necessidades de habitação, propomos que seja programado um aumento do parque habitacional municipal para além do que está previsto.

3.4. DIGNIFICAR OS ESPAÇOS DE HABITAÇÃO

Inspirando-nos em soluções em curso, propomos o alargamento das respostas às situações emergentes de carência habitacional, designadamente pessoas em

condição de sem-abrigo, vítimas de violência, pessoas a viver em habitações insalubres, ou onde residam aglomerações muito além da capacidade dos fogos.

3.5. REDUZIR A FATURA DA ÁGUA

- 3.5.1. Reduzir em 20% as tarifas dos primeiros dois escalões da água, saneamento e resíduos (até 15 m³ de consumo), para todos os consumidores domésticos e para os pequenos negócios.

^(*)Os parâmetros desta medida são modeláveis para que não represente uma perda receita superior a 600 mil euros por ano.

- 3.5.2. Alargar a tarifa social da água a mais famílias e instituir a atribuição automática a todos os agregados que cumprem os critérios, não dependendo de candidatura.

3.6. REVOGAR A TAXA DE PUBLICIDADE E LIMITAR A TAXA DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E A TAXA TURÍSTICA

A reintrodução das taxas de publicidade e de ocupação do espaço público revelou-se um fiasco, uma burocracia excessiva para a grande maioria dos comerciantes, ao passo que a criação da taxa turística foi um avanço prematuro que não reflete um aumento qualitativo da Póvoa de Varzim enquanto destino turístico. Assim, propomos:

- 3.6.1. A revogação da taxa de publicidade;
- 3.6.2. A limitação do âmbito de aplicação da taxa de ocupação do espaço público às situações que carecem de licenciamento;
- 3.6.3. A limitação da taxa turística à época alta (meses de verão) e aos estabelecimentos do centro da cidade (área do Plano de Urbanização), isentando também a atividade tradicional e de natureza familiar de alojamento a “banhistas”.

4. DAR MAIS FUTURO ÀS PESSOAS DE MAIS IDADE

- 4.1. Alargar a oferta de estruturas residenciais para idosos e de apoio domiciliário, criando uma rede municipal de residências e concedendo apoio financeiro aos atuais parceiros do Concelho para que desenvolvam rapidamente os seus novos projetos;
- 4.2. Criar um programa de formação com concessão de bolsas para cuidadores informais ("cuidar de quem cuida") e um grupo organizado de profissionais disponíveis a prestar apoio às famílias com pessoas idosas em maior fragilidade.

5. FÁBRICA DA CULTURA

Propomos a reabilitação da antiga fábrica de conservas "A Poveira", convertendo-a num espaço ao serviço da cultura e das artes, uma incubadora de projetos artísticos – um

espaço de utilização gratuita, dotado de salas polivalentes, estúdio de gravação e de ensaios sonoro, salas-oficina e espaços de convívio, que incentive e permita desenvolver vocações artísticas e novos projetos, bem como um lugar de formação e que permita acolher um Programa de Residências Artísticas.

6. INVESTIR NAS FREGUESIAS PARA UM DESENVOLVIMENTO MAIS JUSTO

- 6.1. Transferir mais competências para as Freguesias, dotando-as de maiores financeiros e meios humanos para que prestem serviços com maior autonomia e maior celeridade no serviço às populações;
- 6.2. Ampliar a rede de saneamento nas freguesias de Laúndos e de Balasar;
- 6.3. Renaturalizar as margens do Rio do Esteiro em Aver-o-Mar (vide 2.3.);
- 6.4. Efetuar obras de conservação do pavilhão e da zona de recreio da Escola EB2/3 de Rates, frequentemente inutilizáveis durante o período das chuvas;
- 6.5. Investir na valorização da Cividade de Terroso, melhorando os seus acessos – através de uma nova ligação ciclo-pedonal à ecopista – e reforçando de meios o equipamento de interpretação museológico.